



Psicologia Social, História Cultural e Filosofia da Diferença: a análise de documentos

Social psychology, Cultural History and Philosophy of difference: the analysis of documents

Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade Federal do Pará

Dolores Galindo

Universidade Federal do Pará e Universidade Federal de Mato Grosso

Ana Carolina Farias Franco

Fernanda Teixeira de Barros Neta

Cinthia de Castro Santos Tavares Monteiro

Universidade Federal do Pará

Resumen

Esse artigo é um ensaio teórico e visa descrever alguns procedimentos de pesquisa, na articulação entre a Psicologia Social, a História Cultural e a Filosofia da Diferença, a partir da análise de documentos como metodologia e modalidade de resistência. São analisados alguns processos de subjetivação, modalidades de relações de poder e práticas de produção da verdade na pesquisa documental, às quais possibilitam romper com cristalizações e abrir passagens para novas histórias. Para tanto, suportes são trazidos de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel de Certeau, Roger Chartier, Peter Burke e Paul Veyne. A estética das existências pode ser efetuada pelas avaliações éticas nas pesquisas e pelas posições políticas, constituídas no trabalho de análise histórica e documental. Contribuições da Psicologia Social podem ser agenciadas à Filosofia da Diferença, alicerçadas em ferramentas da História Cultural e, assim, permitir estudos que acionam resistências e criação de possíveis.

Palabras clave: **História Cultural; Filosofia da Diferença; Psicologia Social; Documentos; Subjetividades**

Abstract

This article is a theoretical essay aims to describe and some research procedures, on the relationship between Social Psychology, Cultural History and the Philosophy of Difference, based on the analysis of documents as methodology and form of resistance. Analyzes some processes of subjectivity; modes of power relations and truth production practices in information retrieval, which enables break crystallization and open tickets to new stories. Therefore, holders are brought from Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel de Certeau, Roger Chartier, Peter Burke and Paul Veyne. The aesthetics of stocks may be made by the ethical ratings in the polls and the political positions established at the work of historical and documentary analysis. Contributions of Social Psychology can be brokered the difference of philosophy, founded on tools of Cultural History and thus allow studies that trigger resistance and creating possible.

Keywords: Cultural History; Difference of philosophy; Social Psychology; Documents; Subjectivities

Introdução

Esse artigo, em formato de um ensaio aborda algumas relações entre Psicologia Social, História Cultural e Filosofia da Diferença, na pesquisa documental, visando criar resistências no plano da produção de subjetividades, na dinâmica de forças agenciadas em relações de poder e na história da verdade, segundo Hélio Rebello Cardoso Júnior, em *Tramas de clío* (2001). Os estudos dos documentos têm sido pouco trabalhados nas pesquisas em Psicologia Social e poderiam trazer contribuições na formação e nas metodologias variadas, em diversas áreas e saberes. Assim, nesse texto, são apresentadas algumas problematizações teórico-metodológicas na análise dos documentos e tecidas tramas de certas relações construídas entre as ferramentas de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel de Certeau, Roger Chartier, Peter Burke e Paul Veyne. Nesse sentido, espera-se contribuir com os interessados em lançar mão dessas práticas sociais para tecer a escrita da história do presente e intervir na ruptura de cristalizações do cotidiano.

A Psicologia Social e a História Cultural na análise de documentos

Nikolas Rose (2006/2011), em *Inventando nossos selfs*, destaca que a Psicologia Social é constituída por diversos saberes, aciona várias tecnologias de poder e forja diversas subjetividades, no contemporâneo. As relações entre a Psicologia Social com diferentes saberes produzem encontros e deslocamentos variados nas práticas de constituição das Psicologiaas. Entre esses encontros, é possível afirmar os que são realizados com: a história, a sociologia, a antropologia, a filosofia, a literatura, a política, a economia e a biologia.

A criação das subjetividades não seria natural, para Rose (2006/2011) e poderia, assim, ser descrita e analisada como um artefato cultural e histórico. Contudo, por meio de quais metodologias seria interessante pensar essa investigação das práticas com o objetivo de desnaturalizar subjetividades? Pergunta-se: como os documentos não organizados em arquivos oficiais e os que estão conservados em arquivos públicos participam da produção das subjetividades?

As psicologias forjam individualidades e esses efeitos do governo das condutas a partir das técnicas psicológicas podem ser pesquisados pelo acúmulo em arquivos, por exemplo. As práticas privadas e as institucionais podem ser investigadas pelos estudos históricos. Nas sociedades modernas avançadas, a subjetividade cada vez mais ganha relevância a esfera pública com o estilo de vida baseado no liberalismo e governado pela estatização dos corpos.

Nesse campo, a aproximação entre História e Psicologia Social ganha mais proeminência enquanto objeto de preocupação na formação e nas pesquisas. Uma das articulações entre Psicologia Social e História se dá pela Nova História Cultural, de acordo Peter Burke, em *A escola dos Annales* (1990/1997), a qual realizou a crítica à história factual, linear e causal dos heróis da nação, do tempo contínuo, da origem e da teleologia Peter Burke, em *História Cultural* (1991/2008). A proximidade entre Psicologia Social e História Nova se deu ainda pela escrita, baseada em uma narrativa das histórias dos acontecimentos singulares, raros, datados e situados.

Nesse contexto de conversações, é importante por delinear a raridade dos eventos e a interrogação das lógicas históricas de um sujeito da consciência, possibilitando a abertura da formação de subjetividades sem buscar racionalidades ocultas e motores da história de modo causal. Dessa maneira, os discursos presentes nos documentos podem ser analisados como monumentos, exaltados e venerados pela sociedade, efeitos dos regimes de imagens e discursos, na disjunção dos mesmos, a qual consiste a descontinuidade histórica e a abertura para as resistências (Cardoso, 2001).

Desta feita, os documentos ganham a importância de estudos, nos saberes das ciências sociais e humanas, na medida em que estão repletos de prescrições normalizadoras e de normativas legais, orientadoras de processos de subjetivação e de práticas sociais, políticas, econômicas, culturais e ecológicas, como bem definiram Felix Guattari e Suely Rolnik, em *Micropolítica: cartografias do desejo* (1996).

Segundo Burke (1990/1997), no século XX, os historiadores passaram a questionar a visão de documento oficial como prova por meio das críticas, realizada pela Escola dos Annales, a qual, como um movimento, propiciou a problematização da noção de neutralidade e imparcialidade na História. Após a segunda metade do século XX, a História Cultural surge no movimento dos Annales, permitindo ampliar imensamente a conversação entre Psicologia Social e Antropologia, pois as críticas feitas à história tradicional permitiram o aumento das abordagens, dos objetos, dos temas e dos documentos nos fazeres da historiografia (Burke, 1991/2008).

A visada dos historiadores, pertencentes ao movimento de crítica à História tradicional possibilitou a criação da chamada História Cultural, na França, na segunda metade do século XX. Um dos efeitos abertos foi uma rica e relevante ampliação temática com a inclusão de temas que estavam fora do escopo analítico do historiador, tais como: sexualidade, alimentação, gênero, loucura, punição, infância, família, esfera privada, normas, valores, odores, maneiras de organizar a casa, formas de trabalhar e estudar foram alvo da escrita histórica..

Todos esses temas eram também objetos de preocupação da Psicologia Social, que estava em movimento de crítica também aos postulados positivistas e funcionalistas presentes nas metodologias quantitativas e, mesmo qualitativas, pautas em mecanicismos lineares e idealismos subjetivistas, na produção de análises documentais e etnográficas, nos usos da história de vida e nos estudos de caso. Por exemplo, as entrevistas individuais e grupais na Psicologia foram apropriadas pela História Cultural e pela etnografia, na Antropologia também. A História Oral, baseada em relatos de pessoas entrevistadas resultou de um diálogo profícuo entre a Psicologia Social, a Antropologia Histórica e a História Cultural, de acordo com Verena Alberti, em *Histórias dentro da história* (2010).

Uma inflexão antropológica também atravessou a História e a Psicologia Social por meio da apropriação dos diários de campo, muito usados na Antropologia e que passaram a ser trabalhados pela Psicologia Social na análise das práticas do cotidiano em articulação com a criação de subjetividades, em termos dos efeitos nos processos de ruptura singular face

às normas, padrões e leis instituídas. A aproximação da história oral com a psicologia se deu pela preocupação em interrogar as relações entre a vida privada e pública com o cotidiano das práticas sociais e dos efeitos intimistas, privatistas e individualistas, fruto da maneira liberal de viver. Desta feita, a aproximação entre: história, psicologia e antropologia possibilitou a crítica contundente às categorias universais, aos determinismos analíticos, às racionalidades causais e finalísticas, gerando inflexões mútuas nos três saberes de forma a abrir todo um novo campo de conversação transdisciplinar.

Uma situação específica dessa conversação é o uso do arquivo oral não apenas como uma técnica, mas como uma metodologia, uma posição conceitual e política, uma crítica aos arquivos ditos oficiais e à narrativa feita por uma História chamada dos heróis da nação, ou também, tradicional. No bojo desses deslocamentos conceituais e de análise, as entrevistas gravadas ganharam estatuto de documentos, em um arquivo de transcrições, assim como as anotações do diário de campo foram problematizados na condição de arquivo histórico constituído pelo pesquisador. O documento, em uma visão ampliada, abriu uma gama de fazeres no tempo e no espaço (Alberti, 2010). Assim, a proximidade dos saberes, tais como os: da Psicologia, Antropologia e História foi ganhando mais materialidade, no que tange a determinados temas e certos procedimentos metodológicos, conforme Antônio Celso Ferreira, no texto *A literatura: a fonte fecunda* (2009).

A escrita de si, por exemplo, enquanto metodologia se tornou um dos vetores da História Oral, Antropologia História, Literatura e Psicologia Social, nas análises biográficas e/ou autobiográficas para estudar as emoções, os sentimentos, as experiências micropolíticas e a singularidade das subjetividades face às normas, de acordo com Arlete Farge, em seu livro *Lugares da História* (2003/2011). Entre as modalidades de pesquisa histórica, apropriada pela Psicologia Social e pela Antropologia, a História Oral teve bastante repercussão, baseada na escuta da oralidade de grupos sociais não lembrados e silenciados passou a ser uma ferramenta fundamental da valorização das diferenças.

Um dos desdobramentos das aproximações metodológicas e conceituais citadas até aqui

foi a problematização da prática de seletividade na criação dos documentos, na guarda e conservação dos arquivos, no zelo por organizar certos arquivos implicou em um debate profícuo sobre o que seria lembrado e esquecido (Certeau, 1975/2011). Nesse aspecto, torna-se fundamental interrogar como se constituiu uma disputa para reivindicar e lutar pela memória, em um campo de cidadania, o qual gerou efeitos nas pesquisas históricas, na Psicologia Social e na Antropologia com vistas a ampliar a dimensão da análise dos processos de repartição, criação e censura discursiva, na formação dos arquivos e das consultas aos mesmos por pesquisadores.

Nesse sentido, a prática de arquivar, inclusive os documentos pessoais ganhou uma valorização imensa, na sociedade e nos estudos de vários saberes, além de um estatuto de direito à memória cada vez mais relevante nas batalhas pela produção da diferença. Muitos historiadores passaram a buscar elementos analíticos e metodológicos na Psicologia Social, Educacional, Institucional e em dispositivos clínicos de escuta cuidadosa para Carlo Bacellar (2010), em *Fontes documentais: uso e o mau uso dos arquivos*. Na História Oral, a Psicologia foi relevante pela experiência com entrevistas e pela escuta flutuante das mesmas, por exemplo.

A relação transdisciplinar entre História, Psicologia e da Antropologia com a Sociologia abriu a vertente da crítica às instituições cristalizadas e a importância de ir ao limite descritivo das mesmas em termos de investigação das sociabilidades (Burke, 1990/1997). Em meio a esse cenário, é possível afirmar que a sociedade contemporânea criou uma paixão inexorável por subjetividades ávidas por documentar cada detalhe e acontecimento da vida, tanto os públicos quanto os privados. O indivíduo entra na história como objeto não natural e sua constituição é motivo de variados estudos, em diversos saberes. A própria separação entre indivíduo, sociedade e cultura é alvo de análises históricas dos sistemas de repartição que fabricaram os saberes, fragmentados enquanto efeitos de práticas produtoras dos objetos datados, de acordo com Paul Veyne, em *Como se escreve a história* (1970/1998).

Pistas para uma análise documental na pesquisa transdisciplinar

Para analisar documentos é relevante problematizar a organização dos mesmos, pensar como eles estão guardados e como foram selecionados. A escolha de um objeto e problema de pesquisa está relacionada com a definição de um tempo e um lugar para buscar os documentos nos arquivos em que estão conservados e passíveis de serem acessados (Certeau, 1975/2011).

Para realizar um estudo documental, primeiramente, é importante ter um objeto e um problema de pesquisa definido. Em seguida, levantar algumas fontes da literatura, ler e fichá-las (Bacellar, 2010). Nem sempre os arquivos foram organizados e as instituições não aceitam necessariamente a retirada dos mesmos ou algumas limitam o acesso a alguns horários e/ou não permitem que o pesquisador vá ao local do armazenamento dos documentos, conforme Celso Castro (2008), *Pesquisando com arquivos*.

Apesar de documentos de bibliotecas públicas, de museus e de arquivos nacionais podem ser usados para a escrita da história, as fontes e seus lugares de produção foram expandidas com os questionamentos da perspectiva de prova e testemunho. Os documentos são monumentos, constituídos em acervos e colocados juntos em lugares onde ganham suportes para a memória enquanto um legado e uma tradição cultural (Castro, 2008).

Há arquivos de fácil acesso na internet, abertos e outros são privados e pessoais e podem ser consultados com a autorização das pessoas envolvidas. Os arquivos públicos, estaduais e nacionais geralmente são abertos e aceitam a presença do pesquisador. Esses acervos têm coleções de documentos, trazem materiais doados por equipamentos, armazenam dossiês de políticos, de artistas, de cientistas de empresários e dos documentos administrativos das décadas e séculos passados.

No caso de documentos da administração mais recentes, tanto do presente quanto de poucas décadas atrás, ainda são guardados pelos equipamentos de origem, pois ainda são de pessoas vivas e muitas vezes de situações que ainda são avaliadas, julgadas e encaminhadas. As metodologias sociais são utilizadas na pesquisa seja em contextos acadêmicos seja como ferramentas de intervenção profissional,

tais como: a pesquisa documental Antônio Carlos Gil, no livro *Métodos e técnicas em pesquisa social* (2008).

A pesquisa documental histórica auxilia na problematização de práticas sociais, da desnaturalização das mesmas e da ruptura com cristalizações. O documento é um artefato cultural e histórico e pode ser guardado em arquivos, bibliotecas e museus. Algo se torna documento por meio de relações entre valores, memórias, temporalidades e espaços específicos (Castro, 2008). A problematização como pensamento crítico dos documentos, na história é uma proposta relevante para o movimento da chamada história nova, de acordo com Paul Rabinow e Nikolas Rose (2003), em *The essencial Foucault*.

Gil (2008) salienta as diferenças entre a pesquisa documental e a bibliográfica. A primeira é realizada, de forma geral com materiais que ainda não tiveram um trabalho analítico feito enquanto a segunda, ao contrário, levanta e estuda o que já foi publicado sobre um assunto, tema, metodologia e teoria produzidos por outros autores. O arquivo está vinculado ao arquivista, assim como o documento à mão que o maneja e analisa, em que narrativa e ficção se entrelaçam em uma trama densa e multifacetada (Farge, 2003/2011).

Um estudo documental tem regras de produção, de circulação, de recepção e não é transparente e imparcial, pois está vinculado a poderes e espaços de legitimação e autorização específicos. Nenhum documento deve ser analisado isoladamente, para Durval Muniz de Albuquerque (2009), *Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia*. As práticas são vizinhas e estão correlacionadas, ou seja, não operam isoladas. Assim, os documentos também são entrecruzados e devem ser interrogados nesse funcionamento. Há casos em que o pesquisador só acessa o arquivo pela mediação de um funcionário de um arquivo ou pela internet, quando os documentos estão digitalizados e disponíveis, na rede, em domínio público (Bacellar, 2010).

Os documentos são efeitos de práticas concretas, ou seja, de fazeres históricos, os quais tiveram tempo e lugar definidos. O objeto (documento) é resultado do que foi feito (práticas), marcando a singularidade dos eventos históricos (tempo e espaço). (Veyne, 1970/1998). Não há como fazer uma história

total dos acontecimentos passados, deve-se efetuar uma seleção de critérios de inclusão e exclusão das fontes. Há de se realizar ainda a separação entre os documentos em fontes primárias e secundárias em função da relevância destes em responder as perguntas elaboradas no estudo proposto (Gil, 2008). “Todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais partilha enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas”. (Albuquerque, 2009, p. 235).

Os documentos não têm uma sequência linear. São restos e possuem lacunas, quebras e hiatos. O historiador trabalha no limite da escrita e opera no limiar entre o passado e o presente, ocupando um lugar institucional e uma posição subjetiva.

Os documentos em arquivos não são mortos como dizem muitas instituições e pessoas que desvalorizam as fontes históricas e culturais como legado da sociedade e expressão da diversidade das formas de existência, conforme Maria Teresa Cunha, em *Diários pessoais: territórios abertos para a história* (2009). Analisar historicamente os saberes, os poderes e a formação das subjetivações implica em atuar com data e lugar, tempo e espaço, sem os fixar na cronologia e na geografia estática dos mapas fechados.

Os documentos podem ser tomados como diagramas do presente, constituídos pelos acontecimentos, também podem ser lidos por meio de táticas descritivas e analíticas, diferenciadas a partir do campo conceitual e pelas demarcações metodológicas de diversas abordagens utilizadas, na chamada teoria da história, em diálogo com outros saberes e ferramentas, tais como alguns aportes da Psicologia social, institucional, clínica e da educação, por exemplo.

Ora, mais o que se pode definir como diagrama? “Um diagrama é um arquivo, podendo ser denominado por um conjunto de linhas, entrecruzadas, móveis, distintas, raras, múltiplas e heterogêneas. Conforme Farge (2003/2011), os pesquisadores devem ter cuidados com pequenos detalhes, na apreciação dos sabores dos arquivos na perspectiva de problematizá-los como um diagrama de forças, dinâmicas e singulares. Nesse sentido, Michel Foucault, em *Microfísica do poder* (1979) afirmava que a genealogia era pacien-

temente documentária e deveria se ocupar com a composição do mapa de forças, em relações de saber, de poder e de subjetivação, resultantes e produtoras, simultaneamente do diagrama.

Na linha dos estudos da chamada filosofia da diferença, é possível destacar, nesse artigo, as contribuições de Deleuze e Foucault, os quais se preocupavam em criar perguntas e deslocar as respostas já prontas e dadas aos arquivos enquanto diagramas do presente, no que eles delineavam como história acontecimental, em que há de se percorrer um método serial, analisando as curvas, os cortes, as multiplicidades de níveis e as correlações entre práticas discursivas e não discursivas. “O pensar opera no interstício [...] há apenas meios e entremeios [...] mutação [...] o devir, a mudança, a mutação, concernem às forças componentes e não às formas compostas” pra Gilles Deleuze e Felix Guattari, em *Mil Platôs III: capitalismo e esquizofrenia* (1981/2000, pp. 93-94).

Resistências pela pesquisa com arquivos: a Filosofia da Diferença, a História Cultural e a Psicologia Social

A luta pela subjetividade se apresenta então pelo direito à diferença, de acordo com Gilles Deleuze (1977/2004). Por isso, é importante traçar o mapa histórico das forças múltiplas, pensando diferencialmente sem sucumbir à sedução econômica e política de ser capturado pelas encomendas do Estado, das empresas, de corporações e organismos internacionais. Analisar os pedidos, fazer perguntas e deslocar as encomendas é parte da prática de pesquisa documental baseada na Filosofia da Diferença e na História Cultural, na medida em que as ferramentas de ambas possibilitam interrogar os instituídos e os atravessamentos, em jogo, nas relações estabelecidas na história política da verdade.

A história problematizadora vem tomando os acontecimentos não mais como fatos históricos e sim como práticas singulares e datadas. Analisar a produção dos arquivos como suportes de guarda de um conjunto de documentos implica interrogar a constituição dos mesmos, os discursos que afirmam e as relações de poder que ensejam (Castro, 2008). A problematização dos documentos é uma ferramenta para atuar no deslocamento de saberes e modos de pensar cristalizados para que, ao efe-

tuarmos a desnaturalização dos atravessamentos de um arquivo possamos criar campos de possíveis, brechas e passagens de forças ainda não capturadas pelas engrenagens científicas e da burocracia dos aparatos de estatização dos corpos e dos saberes, bem como da lógica empresarial presente no contemporâneo.

Como destacou Roberto de Oliveira (2006), no livro *O trabalho do antropólogo* a pesquisa se realiza em um intenso estranhamento entre: olhar, ouvir e escrever de um movimento permanente de deslocamento de si e do outro. Singularizar os contextos socioculturais não é simples. Descolonizar o pensamento e as práticas cotidianas exige um esforço para quem escreve a história, *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*, de Marisa Corrêa (2013). As possibilidades de vida como obra de arte e estilística da existência em campos de problematização se tornam aberturas a partir da imanência entre poder, saber e subjetivação, em *Conversações*, de Gilles Deleuze (1990/1992), na história problematizadora das práticas.

Para Foucault (1979), na pesquisa documental trava-se uma batalha no corpo, marcado pela história de forma a fazer a escrita de outras histórias abertas às multiplicidades das maneiras de viver e ser, ou seja, é preciso pensar o próprio corpo atravessado pela história e começar a deslocar o instituído no ponto mesmo em que a cristalização das forças paralisa os movimentos e impede a realização de estranhamentos. Com efeito, para Gilles Deleuze, em *Diálogos* (1977/2004), a batalha da história atravessa os corpos também em sua composição, operando nas relações, nas materialidades mesmas em que os acontecimentos se formam e são explicitados.

Gilles Deleuze e Felix Guattari, no livro *Kafka: por uma literatura menor* (1975/2014) designaram que a prática como um gaguejar na própria língua para realizar um estranhamento da mesma a fim de abrir-se ao olhar estrangeiro. A história problematizadora visava interrogar os documentos, colocá-los à espreita através de perguntas. Tratava-se de uma atitude crítica enquanto um trabalho do pensamento rigoroso sobre os eventos históricos. Assim, os problemas podem variar tanto quanto as perguntas forem ampliadas, ou seja, não há uma solução para as inquietações

do pesquisador, apenas alcances analíticos fragmentários nas descrições e as perguntas não se esgotam em um trabalho, de acordo com Flávia Cristina Silveira Lemos e Hélio Rebello Cardoso Júnior (2012), em *Problematicar*.

Foucault (1979) salientou que o intelectual específico é aquele que atua no presente em que vive e faz a crítica local para efetivar uma história sem profecias que operem prognósticos do futuro. Estudar a história é uma maneira de diferir do que se é e forjar passagens de um vir a ser. A cristalização histórica de formas de vida conduz a ressentimentos e ódios às diferenças. Foucault ressaltava a importância do trabalho com documentos para as lutas do presente, na medida em possibilitava criar perguntas e realizar pesquisas com questões com as quais estava engajado politicamente.

E, para Michel Foucault, em *Ordem do discurso* (1970/2004) e Michel Foucault (1969/2009), na *Arqueologia do saber* implicava analisar as práticas por meio de interrogações até exaurir os documentos, paciente e, em cotejamentos de perguntas-problema. Nesse sentido, construir um problema é importante porque a maneira de fazer perguntas gera efeitos nas respostas e abre campos de interrogação que desnaturalizam as práticas. Assim, inventar um problema é mais interessante do que buscar soluções utilitárias, na pesquisa. Com efeito, trata-se de criar uma posição do problema, antes de se dedicar a encontrar uma solução para as perguntas já dadas de antemão, conforme Gilles Deleuze, em *Diálogos* (1977/2004). Os acontecimentos do ver, do falar, do escrever são práticas concretas e podem ser estudados com metodologias e por meio das contribuições historiográficas (Oliveira, 2006).

Veyne (1975/1979) também salientava que a análise histórica das práticas é um inventário das diferenças, na medida justamente da possibilidade de abertura ao estranhamento do que, anteriormente era visto enquanto um objeto tratado naturalmente, dada à cristalização dos olhares, da escuta e da fala - práticas de ver e de dizer, de acordo com Deleuze (1990/1992), estratificadas e endurecidas pelo historicismo e pelas narrativas causal-lineares, cronológicas e finalistas.

De acordo com Albuquerque Jr. (2010), os controles e descontinuidades nas ordens dos saberes e nos sistemas de circulação e distribuição dos mesmos são práticas, agenciadas em uma política da verdade e que sustentam produções de subjetividades e instituições historicamente forçadas. Os arquivos são efeitos das disputas de forças de saber, de poder e de subjetivação, ou seja, dos enunciados, das lutas e da criação de existências (Farge, 2003/2011).

Os valores são criados e disputados, em batalhas de afirmação dos modos de fabricar estilos de existir e, assim interessam aos historiadores, psicólogos e antropólogos. Assim, "trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los" (Foucault, 1979, p. 171). O virtual é o que permite desbaratar os monumentos das instituições, dos documentos oficiais e das repetições memorialísticas porque é pelo virtual que se efetua o devir e as diferenciações ganham emergência, possibilitando apostas na raridade dos acontecimentos e na dispersão que lhes marca.

Por isso, as perguntas na História são relevantes para o estudo cuidadoso das fontes documentais bem como a escolha rigorosa de conceitos sem torná-los universais (Veyne, 1970/1998). Nesse âmbito que a liberdade da palavra se tornou um problema político, ético e estético simultaneamente porque um jogo da palavra e dos combates históricos por ela foi traçado e agenciado. A história seria uma escrita de narrativas com conceitos, em ontologias de existências que só podem variar historicamente, exercidas pelas perguntas aos documentos sem pretender qualquer finalidade teleológica ou de busca de origens, pois a história difere e é descontínua, não sendo progresso nem uma linha do tempo contínua.

Considerações finais

Michel Foucault (2006/2014), em *Ditos e Escritos XI* afirmava como valia à pena pela história efetuar uma arte da existência em prol de uma vida que pudesse ser experimentada tal qual uma obra de arte. Para tanto, operava a criação da história pela inquietação com as nossas relações com a verdade e as regras que as constituíam. Dessa forma, a história, segundo Foucault, "nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que es-

tamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos” (Deleuze, 1990/1992, p. 119).

Nesse sentido, a liberdade é uma prática forjada em meio à problematização histórica e declarava que seus estudos documentais eram maneiras de travar resistências e oferecer suportes analíticos para as lutas do tempo em que vivia. Dessa maneira, para produzir uma resistência implicava em criar um exercício de preparação da arte de problematizar as regras de conduta e os regimes de verdade, avaliando o itinerário e os efeitos políticos da criação de si e dos outros.

A História permite efetuar lutas e criar brechas para novas práticas culturais, sociais e invenção de subjetividades. Por isso, visando colaborar para ruptura dos movimentos hierarquizantes de valores e dos corpos, Foucault (1975/1999) buscava usar a história para romper com as práticas supostamente sem história, tomadas como naturais. Por tal razão, é importante pensar na produção da diferença que possibilitam o trânsito e as possibilidades de existências, em um processo de transvaloração cultural, ou seja, desnaturalizando normais, colocando em xeque morais e fazendo a história das instituições que nos atravessam e nos constituem.

Referencias

Alberti, Verena (2010). Fontes orais. Histórias dentro da História. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 155-201). São Paulo: Contexto.

Albuquerque Jr., Durval. Muniz (2010). Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: Carla Bassanezi Pinsky & Tânia Regina Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 203-225). São Paulo: Contexto.

Bacellar, Carlos (2010). Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 23-81). São Paulo: Contexto.

Burke, Peter (1990/1997). *A Escola dos Annales (1929-1989). A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP.

Burke, Peter (1991/2008). *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar.

Cardoso Jr., Hélio Rebello (2001). *Tramas de clio: convivências entre filosofia e história*. Curitiba: Aos quatro ventos.

Castro, Celso (2008). *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Certeau, Michel de (1975/2011). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense.

Côrrea, Marisa (2013). *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Cunha, Maria Teresa (2009). Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: Carla Bassanezi Pinsky & Tânia Regina de Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 251-280). São Paulo: Contexto.

Deleuze, Gilles (1990/1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Deleuze, Gilles (1977/2004). *Diálogos*. Porto: Relógio D'Água.

Deleuze, Gilles (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasileira.

Deleuze, Gilles & Guattari, Felix (1981/2000). *Mil platôs III: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Deleuze, Gilles & Guattari, Felix (1991/2013). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34.

Deleuze, Gilles. & Guattari, Felix (1975/2014). *Kafka. Por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica.

Farge, Arlete (2003/2011). *Lugares para a história*. Rio de Janeiro: Autêntica.

Ferreira, Antônio Celso (2009). Literatura: a fonte fecunda. In: Carla Bassanezi Pinsky & T. Regina de Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 61-92). São Paulo: Contexto.

Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel (1975/1999). *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões* (19ª ed.) Petrópolis: Vozes.

Foucault, Michel (1970/2004). *Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, Michel (1969/2009). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, Michel (2006/2014). *Ditos e Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense.

Gil, Antônio Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Guattari, Felix & Rolnik, Suely (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Lemos, Flávia Cristina Silveira & Cardoso Jr, Hélio Rebello (2012). Problematizar. In: Tânia Galli Fonseca, Maria Livia do Nascimento & Cleci Mar-

- aschin (Orgas.), *Pesquisar na diferença. Um abecedário* (pp. 191-193). Porto Alegre: Sulina.
- Oliveira, Roberto (2006). *O trabalho do antropólogo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rabinow, Paul & Rose, Nikolas (2003). *The essential Foucault*. New York: The Word Press.
- Reis, José Carlos (2014). *História & teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rose, Nikolas (2006/2011). *Inventando nossos selfs*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Veyne, Paul (1975/1979). *O inventário das diferenças. História e sociologia*. Lisboa: Edições Guineforte.
- Veyne, Paul (1970/1998). *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB.



FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS

Psicóloga-UNESP, Mestre em psicologia e sociedade-UNESP, doutora em História Cultural-UNESP. Professora na graduação e na pós-graduação de Psicologia/UFPA. Bolsista de produtividade em pesquisa/CNPQ-PQ2.

DOLORES GALINDO

Psicóloga/UFPE. Mestre e Doutora em psicologia Social/PUC-SP. Professora de Psicologia Social no programa de pós-graduação em estudos da cultura contemporânea/UFMT.

ANA CAROLINA FARIAS FRANCO

Psicóloga/UFPA. Mestre em psicologia/UFPA. Doutoranda em educação/UFPA.

FERNANDA TEIXEIRA DE BARROS NETA

Psicóloga/UFPA. Mestranda em Psicologia/UFPA.

CINTHIA DE CASTRO SANTOS TAVARES MONTEIRO

Mestranda em psicologia/UFPA.

DIRECCIÓN DE CONTACTO

flavazevedo@hotmail.com

FORMATO DE CITACIÓN

Silveira Lemos, Flávia Cristina; Galindo, Dolores; Farias Franco, Ana Carolina; Teixeira de Barros Neta, Fernanda & Tavares Monteiro, Cinthia de Castro Santos (2015). *Psicologia Social, História Cultural e Filosofia da Diferença: a análise de documentos*. *Quaderns de Psicologia*, 17(2), 37-45.
<http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1297>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 23/06/2015
1ª Revisión: 07/09/2015
Aceptado: 02/10/2015